



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Gabinete

Processo SEI nº 1260.01.0006033/2020-54

RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL SEE Nº 02/2020, DE 07/02/2020.
CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL DE DIRETOR DE ESCOLA ESTADUAL

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 17 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, no art. 15 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, no Decreto Estadual nº 44.871, de 07 de agosto de 2008, na Resolução SEE nº 4.127, de 23 de abril de 2019, e na Resolução SEE nº 4.130, de 03 de maio de 2019, **RETIFICA** o Edital SEE nº 02/2020, de 07/02/2020, na forma abaixo especificada:

EDITAL SEE Nº 02/2020

I. FICA ACRESCIDO AO EDITAL O SUBITEM:

2.4a - O candidato com deficiência declarada a partir de 4/3/2020, que necessita de condição especial durante a realização da prova, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico <http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/>, clicar em Solicitar Atendimento Especial, indicando a condição de deficiência; encaminhar laudo médico, observado o disposto no item 2, e respectivos subitens, do Edital SEE nº 2/2020, à empresa Instituto Avaliar, no período 20/9/2021 até 25/9/2021, no seguinte endereço: Avenida Coronel José Dias Bicalho, 1106 sala 101 - São José - Cep 31275-050 - Belo Horizonte - Minas Gerais, via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR).

II. ONDE SE LÊ:

3.2 - A candidata que seja lactante deverá:

- a) indicar na ficha de inscrição que é lactante;
- b) indicar um acompanhante responsável pela guarda da criança durante a realização da prova.

LEIA-SE:

3.2 - A candidata que seja lactante, na data de publicação desta Retificação de edital, deverá:

- a) acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico <http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/>, clicar em "Declarar ser Lactante", no período 20/9/2021 até 30/9/2021.
- b) indicar um acompanhante responsável pela guarda da criança durante a realização da prova.

III. ONDE SE LÊ:

5.3 - O conteúdo programático e as referências para estudo são os constantes do Anexo III deste Edital, disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/>

LEIA-SE:

5.3 - O conteúdo programático e as referências para estudo são os constantes do Anexo III desta Retificação do Edital, e disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/>

IV. ONDE SE LÊ:

5.5 - A aplicação das Provas Objetivas está prevista para o dia 29 de março de 2020, domingo, no horário de 8 horas às 12 horas, e será realizada no Estado de Minas Gerais, nas cidades sedes das Superintendências Regionais de Ensino (SRE), constantes do Anexo II deste Edital

LEIA-SE:

5.5 - A aplicação das Provas Objetivas está prevista para o dia 24 de outubro de 2021, domingo, no horário de 8 horas às 12 horas, e será realizada no Estado de Minas Gerais, nas cidades sedes das Superintendências Regionais de Ensino (SRE), constantes do Anexo II do Edital SEE nº 02/2020.

V. ONDE SE LÊ:

5.7 - O local da prova será informado ao candidato no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI).

5.8 - O comprovante de inscrição será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/>, até o dia 25 de março de 2020.

LEIA-SE:

5.7 - O local da prova será informado ao candidato no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), considerando a unidade de exercício do servidor, constante na admissão da inscrição, apurada no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SISAP, em 1º/9/2021. Os candidatos que entraram para a inatividade após a data de inscrição do certame, bem como os convocados em 2020, mas sem vínculo funcional em 1º/9/2021, realizarão a prova objetiva considerando a unidade de exercício correspondente à admissão selecionada à época da inscrição.

5.8 - O comprovante de inscrição será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/>, a partir do dia 15 de outubro de 2021.

VI. ONDE SE LÊ:

5.9 - O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova, indicado no CDI, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início, munido, obrigatoriamente, de documento de identidade original e válido com foto, caneta esferográfica ponta grossa (tinta preta ou azul) e, preferencialmente, do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI).

LEIA-SE:

5.9 - O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova, indicado no CDI, com antecedência mínima de uma hora do horário previsto para o início, munido, preferencialmente, do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) e, obrigatoriamente, de documento de identidade original e válido com foto, caneta esferográfica ponta grossa (tinta preta ou azul), e usando máscara facial individual, cobrindo nariz e boca.

VII. ONDE SE LÊ:

ANEXO I - CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO
Período de Inscrições	de 10 horas do dia 17/2/2020 até as 16 horas do dia 4/3/2020
Envio do Laudo Médico (no caso de pessoa com deficiência)	de 17/2/2020 a 4/3/2020
Realização da Prova Objetiva	29/3/2020
Divulgação do gabarito da prova objetiva	30/3/2020
Recebimento dos recursos contra questões da prova objetiva e gabarito	31/3/2020 e 1º/4/2020
Divulgação do resultado dos recursos interpostos	9/4/2020
Publicação do resultado final da Certificação Ocupacional no Diário Oficial dos Poderes do Estado "Minas Gerais"	16/4/2020

LEIA-SE:**ANEXO I - CRONOGRAMA**

ATIVIDADE	PERÍODO
Período de Inscrições	de 10 horas do dia 17/2/2020 até as 16 horas do dia 4/3/2020
Envio do Laudo Médico (no caso de pessoa com deficiência)	de 17/2/2020 a 4/3/2020 e de 20/9/2021 a 25/9/2021
Realização da Prova Objetiva	24/10/2021
Divulgação do gabarito da prova objetiva	25/10/2021
Recebimento dos recursos contra questões da prova objetiva e gabarito	26/10/2021 e 27/10/2021
Divulgação do resultado dos recursos interpostos	5/11/2021
Publicação do resultado final da Certificação Ocupacional no Diário Oficial dos Poderes do Estado "Minas Gerais" e disponibilização no endereço eletrônico http://www.institutoavaliar.org.br/certificacao2020/	12/11/2021

VIII. ONDE SE LÊ:**ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS PARA ESTUDO**

Dimensão da Gestão Escolar	Referências para Estudo
Gestão Pedagógica	<p>Censo Escolar - Disponível em http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar</p> <p>Conhecendo as 20 metas do PNE. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf</p> <p>Conselho Nacional do Ministério Público - Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas: Guia Prático para Educadores. 2014 - Disponível em http://www.cmp.mp.br/portal/images/stories/Comissoes/CSCCEAP/Di%C3%A1logos_e_Media%C3%A7%C3%A3o_de_Conflitos_nas</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (Título VIII, Cap. III, artigos de 205 a 214). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm</p> <p>Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989 (Título IV, Cap. I, Seção III, artigos 195 a 206). Disponível em https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf</p> <p>Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989 (Título IV, Cap. I, Seção III, artigos 195 a 206). Disponível em https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf</p> <p>Currículo Referência de Minas Gerais (Infantil e Fundamental) - Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2020Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf</p> <p>Decreto nº 7611/2011, de 17/11/2011 – Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, páginas 6 a 79. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão – Disponível em http://etnicoracial.mec.gov.br/composicao-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-indigenas-da-rede-estadual-de-ensino-de-minas-gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2020Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>Lei nº 13005/2014, de 25/06/2014 – Plano Nacional de Educação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm</p> <p>Lei nº 10639/2003, de 09/01/2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências - Disponível em http://www2.camara.br/legislacao/publicacaooriginal-1-pl.html</p> <p>Lei nº 11645/2008, de 10/03/2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" - Disponível em http://www2.camara.br/legislacao/publicacaooriginal-1-pl.html</p> <p>Lei nº 13415/2017, de 16/02/2017 - Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para regulamentar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação da Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e altera o Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm</p> <p>Lei nº 23366/2019, de 25/07/2019 - Institui a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino. Disponível em http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/221785</p> <p>Lei nº 8069/1990, de 13/07/1990 - Que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em https://www2.camara.br/legislacao/publicacaooriginal-1-pl.html</p> <p>Lei nº 13146/2015, de 06/07/2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm</p> <p>Lei nº 13431/2017, de 04/04/2017 - Que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm</p> <p>Lei nº 9394/1996, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Manual/1996/pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdeinterativo_manual_junho2012.pdf</p> <p>MUNANGA, Kabengele - Superando o racismo na escola. UNESCO, 2005 - Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo.pdf</p> <p>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008 - Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122</p> <p>Portaria nº 649/2018, de 10/07/2018 - Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios em http://portal.imprensaeducacao.mec.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-2018</p> <p>Portaria nº 727/2017, de 13/06/2017 - Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/74121</p> <p>Portaria nº 1144/2016, de 10/10/2016 - Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file</p>

Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas escolas do Sistema de Ensino de Minas Gerais. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1MBWBR6qOzvDNqev74-4vLxHtAsPeuP5X/view>

Resolução CEE Nº 460, de 12/12/2013 - Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino c em <http://files.cursopriacadeescolas.webnode.com/200000013-8d5338e500/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CEE%20N%C2%BA%20460%20>

Resolução CEE Nº 470, de 27/06/2019 - Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e Ensino de Minas Gerais. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20470%20de%2027.6.2019%20Curr>

Resolução CNE/CEB Nº 04, de 02/10/2009 – Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional na Educação Básica, modalidade Edu em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

Resolução CNE/CEB Nº 1, de 03/04/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf

Resolução CNE/CEB Nº 3, DE 15/06/2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à d cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distã em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - Disponível em <http://pc>

Resolução SEE nº 666/2005, de 07/04/2005 – Estabelece os Conteúdos Básicos Comuns – CBCs - ENSINO MÉDIO, a serem obrigatoriamen Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7bA6FF8791-B1D3-4FBB-B4B5-6AFEE169185A%7d_resol0033.pd

Resolução SEE nº 1180/2008, de 28/08/2008 - Estabelece as diretrizes e dá orientações para implantação, manutenção e atualização de d SIMADE. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/1180_r.pdf

Resolução SEE nº 2197/2012, de 26/10/2012, Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educaçã Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>

Resolução SEE nº 2807/2015, de 29/10/2015 - Altera o artigo 78 da Resolução SEE nº 2.197 de 26 de outubro de 2012. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2807-15-r.pdf>

Resolução SEE nº 2820/2015, de 11/09/2015 - Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais, publica Gerais -Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20C>

Resolução SEE nº 3658/2017, de 24/11/2017 - Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Mini em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3658-17-r.pdf>

Resolução SEE nº 3685/2018, de 29/01/2018 - Institui na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais o Programa de Convivência em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3685-18-r.pdf>

Resolução SEE nº 4055/2018, de 17/12/2018 - Dispõe sobre o registro e a atualização de dados no Sistema Mineiro de Administração Esc Digital. (DED) nas unidades das Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/in>

Resolução SEE nº 4231/2019, de 14/11/2019 - Estabelece normas para a realização da matrícula na Rede Pública Estadual de Ensino de N em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4231-19-r%20-%20Public.%2015-11-19.pdf>

Resolução SEE nº 4234/2019, de 22/11/2019 - Dispõe sobre as matrizes curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gei em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4234-19-r%20-%20Public.%2023-11-19.pdf>

Resolução SEE nº 4254/2019, de 18/12/2019 - Estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica, os procedimentos de ensino, Escolar do ano de 2020. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4254-19-r-%20Public.%2019-12-19%20.pd>

Resolução SEE nº 4256/2020, de 07/01/2020 - Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf>

Resolução SEE nº 4188/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleiç estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2>

Resolução SEE nº 4189/2019, de 23/08/2019. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleiç indígenas da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4189-19-r%20-%20Public.%2015-11-19.pdf>

Resultado do Ideb – Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>

Resultado do SIMAVE – Disponível em <http://simave.educacao.mg.gov.br/>

Gestão de Pessoas

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 41. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/cons

Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989, artigo 35. Disponível em <https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulite/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>

Decreto nº 44.559/2007, de 29/06/2007 - Regulamenta a Avaliação de Desempenho Individual do servidor estável ocupante de cargo efe Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/compl>

Decreto nº 45.604/2011, de 18/05/2011 - Estabelece as hipóteses de impedimento para nomeação, designação ou contratação, em comi Pública Direta e Indireta do Poder Executivo. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa.html?tipo=f>

Decreto nº 45.851/2011, de 28/12/2011 - Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público ci virtude de aprovação em concurso público da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Disponi em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa.html?num=45851&ano=2011&tipo=DEC>

Decreto nº 46.125/2013, de 04/01/2013 - Regulamenta dispositivos da lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46125&comp=&ano=2013>

Decreto nº 46.226/2013, de 24/04/2013 - Dispõe sobre o uso de correio eletrônico institucional no âmbito da Administração Pública Dire Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZWR1Y2FjYW8ubWcuZ292LmJyfiHByb2pldG8tZ2VzdG9yZXMtc3JlLWV>

Decreto nº 46.644/2014, de 06/11/2014 - Dispõe sobre o código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual - V Disponível em <http://www.conselhodeetica.mg.gov.br/index.php/governo/codigo-de-conduta-etica>

Decreto nº 47.758/2019, de 19/11/2019 - Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Disp em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47758&comp=&ano=2019&texto=>

Decreto nº 47.788/2019, de 13/12/2019 - Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, o regime disciplinar dos contratados por tempo d função pública. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47788&comp=&a>

Guia Participativo de Segurança da Informação nas Escolas Estaduais. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZWR1Y2FjYW8ubWcuZ292LmJyfiHByb2pldG8tZ2VzdG9yZXMtc3JlLWVzY29sYXN8Z3g6NTY2NDfMTU1MmFkYXW>

Instrução Normativa SEPLAG/SCPMO Nº 04, de 31/12/2014 - Dispõe sobre os procedimentos para caracterização de acidente de trabalh direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/01%204.pdf?sequence=1>

Lei Complementar nº 71, de 30/07/2003 - Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda do cargo público e d servidor público estável e do detentor de função pública na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e d em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa.html?ano=2003&num=71&tipo=LCP>

Lei Estadual nº 22.623/2017, de 27/09/2017 -Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da edu estaduais - Vide alteração/ repercussão dada pela Lei nº 23.366, de 25/07/2019. - Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulite/legi>

Lei nº 15.293/2004, de 05/08/2004 – Institui as Carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Disponível em <http://www.almg min.html?tipo=LEI&num=15293&comp=&ano=2004&texto=consolidado>

Lei nº 18.879/2010, de 27/05/2010 - Dispõe sobre a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade, no âmbito da administração Executivo estadual. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa.html?num=18879&ano=2010&tipo=I>

	<p>Lei nº 20.592/2012, de 28/12/2012 - Altera as leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação, de 2004, que institui as carreiras do grupo de atividades de defesa social do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=20592&ano=2012&tipo=LEI</p> <p>Lei nº 21.710/2015, de 30/06/2015 – Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Professor de Educação Básica e dá outras providências - Disponível em http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-r?tipo=LEI&num=21710&comp=&ano=2015&texto=consolidado</p> <p>Lei nº 7.109/1977, de 13/10/1977 – Contém o Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências em http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=7109&comp=&ano=1977&texto=consolidado</p> <p>Lei nº 8.069/1990, de 13/07/1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Com alteração dada pela Lei nº 12.319/2010, de 12/02/2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm</p> <p>Lei nº 869, de 05/07/1952 - Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de Minas Gerais. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=869&ano=1952</p> <p>Lei nº 9.394/1996, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com alterações previstas nas Leis nº 13.796, de 03/01/2013, de 13/05/2019 e nº 13.868, de 03/09/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm</p> <p>Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7.110/2009, de 06/07/2009 (exceto o capítulo III) - Define metodologia de Avaliação de Desempenho - AED – dos servidores em exercício da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1zEjgK/view</p> <p>Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 8.656/2012, de 02/07/2012 – Estabelece critérios para afastamento em férias-prêmio dos servidores das escolas estaduais. Disponível em http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/65963</p> <p>Resolução SEE nº 4.127/2019, de 23/04/2019 - Estabelece normas para escolha de servidor ao cargo de diretor e à função de vice-diretor de dispositivos correlatos. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/04-Abril/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SEE_41_diretor.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.129/2019, de 03/05/2019 - Estabelece normas para escolha de servidor ao cargo de diretor e à função de vice-diretor diferenciada às comunidades indígenas de Minas Gerais e trata de outros dispositivos correlatos. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/03-Mai/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SEE_4129.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.130/2019, de 03/05/2019 - Estabelece normas para escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice-diretor de dispositivos correlatos. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4130-19-r%20-%20Public.%2004-05-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.257/2020, de 06/01/2020 - Estabelece critérios e define procedimentos para designação de candidatos para o exercício de cargos de direção e de coordenação de escolas estaduais de Minas Gerais (SEE/MG). Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4257-20-r%20-%20Public.%2001-06-2020.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.265/2020, de 15/01/2020 - Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais na Rede Estadual de Minas Gerais (SEE/MG) para o ano de 2020. Disponível em: file:///C:/Users/m8387235/Downloads/SEI_GOVMG%20-%20106-2020.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.279/2020, de 23/01/2020 - Acrescenta e altera dispositivos da RESOLUÇÃO SEE nº 4.265, de 15 de JANEIRO de 2020, de Pessoal das Escolas Estaduais na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) para o ano de 2020. Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4279-20-r%20-%20Public.%2024-01-2020.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.188/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição de membros do Conselho de Administração da SEE/MG. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.189/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição de membros do Conselho de Administração da SEE/MG. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4189-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p>
Gestão Administrativa/Financeira	<p>Código Penal, Art 305. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm</p> <p>Decreto nº 45.085/2009, de 08/04/2009 - Que dispõe sobre transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às unidades de ensino, para fins de sistematização das normas e regulamentos pertinentes. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Dec&num=45085&ano=2009</p> <p>Decreto nº 45.242/2009, de 11/12/2009 - Regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Função Pública. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Dec&num=45242&ano=2009</p> <p>Decreto nº 45.969/2012, de 24/05/2012 - Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012</p> <p>Decreto nº 46.398/2013, de 27/12/2013, Art. 6º - Institui instrumentos de gestão de documentos no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46398&ano=2013</p> <p>Lei nº 8.159/1991, de 08/01/1991, Art. 25 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm</p> <p>Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm</p> <p>Lei nº 11.942/1995, de 16/10/1995 - Assegura às entidades que mencionam o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino e em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11942&comp=&ano=1995</p> <p>Lei nº 11.947/2009, de 16/06/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos das escolas estaduais de Minas Gerais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm</p> <p>Lei nº 12.982/2014, de 08/05/2014 - altera a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 para determinar o provimento de alimentação escolar ad hoc de saúde específica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm</p> <p>Lei nº 19.420/2011, de 11/01/2011, Art. 26 - Estabelece a política estadual de arquivos. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=19420&ano=2011&tipo=LEI</p> <p>Manual Prático de Alienação. Disponível em http://seepatrimonio.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1</p> <p>Nota Técnica nº 02, de 07/10/2019 - Atualização dos procedimentos para execução dos recursos financeiros de Alimentação Escolar pelas escolas estaduais de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/17145-notas-tecnicas</p> <p>Nota Técnica nº 08, de 09/07/2019 - Para viabilizar a execução dos recursos financeiros e demais atos da caixa escolar. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/NOTA%20T%C3%89CNICA%20SPF%2008-2019%20-%20corre%C3%A7%C3%A3o.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 2075/2012, de 23/03/2012 – Dispõe sobre procedimento de alienação de bens inservíveis, irre recuperáveis e antieconômicos do Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em http://seepatrimonio.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1</p> <p>Resolução SEE nº 3670/2017, de 28/12/2017 - Regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3670-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 3741/2018, de 04/05/2018 - Altera a Resolução SEE nº 3670, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3741-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 3856/2018, de 17/07/2018 - Altera a Resolução SEE nº 3670, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3856-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4144/2019, de 19/06/2019 - Altera a Resolução SEE nº 3670, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/17142-resolucoes-see-mg</p> <p>Resolução SEPLAG nº 37, de 09/07/2010, Artigos 40 a 45 - Estabelece normas e procedimentos para a reavaliação, o reaproveitamento, a destinação e o descarte de materiais permanentes e de consumo no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.</p>

em http://seepatrimonio.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3301
RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 10, de 18/04/2013 - Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PD
 16 de junho de 2009. Disponível em <http://www.fn.de.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4386-resolu%C3%A7%C3%92%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-10-2013>
RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, de 17/06/2013 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito
 PNAE. Disponível em <http://www.fn.de.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-26-2013>
RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 04, de 02/04/2015 - Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013
 Escolar (PNAE). Disponível em <http://www.ufrgs.br/cecane/upload/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20FNDE%20n.4.2015.pdf>
RESOLUÇÃO/CD/FNDE/MEC Nº 1, de 08/02/2017 - Altera o valor da per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional
 em <https://www.fn.de.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/10900-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-1-2017>

LEIA-SE:

ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS PARA ESTUDO

Dimensão da Gestão Escolar	Referências para Estudo
Gestão Pedagógica	<p>Censo Escolar - Disponível em http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar</p> <p>Conhecendo as 20 metas do PNE - Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf</p> <p>Conselho Nacional do Ministério Público - Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas: Guia Prático para Educadores. 2014 - Disponível em http://www.cnpmp.mp.br/portal/images/stories/Comissoes/CSCCEAP/Di%C3%A1logos_e_Media%C3%A7%C3%A3o_de_Conflitos_nas_Escolas.pdf</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (Título VIII, Cap. III, artigos de 205 a 214) - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/const/const.htm</p> <p>Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989 (Título IV, Cap. I, Seção III, artigos 195 a 206) - Disponível em https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf</p> <p>Currículo Referência de Minas Gerais (Infantil e Fundamental) - Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2020Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf</p> <p>Decreto nº 7.611/2011, de 17/11/2011 - Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2012/2011/Decreto/D7611.htm</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, páginas 6 a 79 - Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=30192</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão - Disponível em http://etnicoracial.mec.gov.br/composicao/diversidade-e-inclusao</p> <p>Lei nº 8.069/1990, de 13/07/1990 - Que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1990/leis/8069.htm</p> <p>Lei nº 10.639/2003, de 09/01/2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, obrigatória da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências - Disponível em http://www2.camara.leg.br/legislacao/Lei/10639-2003</p> <p>Lei nº 11.645/2008, de 10/03/2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, obrigatória da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2008-2009/2008/Lei/L11645.htm</p> <p>Lei nº 13.005/2014, de 25/06/2014 - Plano Nacional de Educação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm</p> <p>Lei nº 13.146/2015, de 06/07/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm</p> <p>Lei nº 13.415/2017, de 16/02/2017 - Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio e Superior - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm</p> <p>Lei nº 13.431/2017, de 04/04/2017 - Que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm</p> <p>Lei nº 13.796, de 03/01/2019 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar a aplicação de provas e a frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2023/2019/Lei/L13796.htm</p> <p>Lei nº 23.366/2019, de 25/07/2019 - Institui a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino - Disponível em http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/221785</p> <p>Lei nº 9.394/1996, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1996/leis/9394.htm</p> <p>Manual do PDE Interativo - Disponível em: http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdeinterativo_manual_junho2012.pdf</p> <p>MUNANGA, Kabengele - Superando o racismo na escola. UNESCO, 2005 - Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo.pdf</p> <p>Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008 - Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=30192</p> <p>Portaria nº 1.144/2016, de 10/10/2016 - Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa em escolas de ensino fundamental e médio - Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file</p> <p>Portaria nº 649/2018, de 10/07/2018 - Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a implementação - Disponível em http://portal.imprensa.nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-2018</p> <p>Portaria nº 727/2017, de 13/06/2017 - Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio e Superior - Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/74121-portaria-727-2017-emi.pdf</p> <p>Resolução CEE nº 481, de 01/07/2021 - Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais nas escolas de Educação Básica - Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20N%C2%BA%20481,%20DE%201%C2%B4%20JULHO%20DE%202021.pdf</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 04, de 02/10/2009 - Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional na Educação Básica, modalidade Educação de Jovens e Adultos - Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/04/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 3, de 15/06/2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração do curso e à certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2010-pdf/30192</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 5, de 22/06/2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2012-pdf/30192</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - Disponível em http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2012-pdf/30192</p> <p>Resolução do CEE nº 460, de 12/12/2013 - Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino - Disponível em http://files.cursociaciadeescolas.webnode.com/200000013-8d5338e500/RESOLU%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20N%C2%BA%20460%20DE%2012%20DE%202013.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 1.180/2008, de 28/08/2008 - Estabelece as diretrizes e dá orientações para implantação, manutenção e atualização de escolas de Educação Básica - Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/1180_r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 2.197/2012, de 26/10/2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica - Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 2.807/2015 de 29/10/2015 - Altera o artigo 78 da Resolução SEE nº 2.197 de 26 de outubro de 2012. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2807-15-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 2.820/2015, de 11/12/2015 - Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais, publicadas em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo%20do%20MG.pdf</p>

	<p>Resolução SEE nº 3.658/2017, de 24/11/2017 - Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3658-17-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 3.685/2018, de 29/01/2018 - Institui na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais o Programa de Convivência em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3685-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.055/2018, de 17/12/2018 - Dispõe sobre o registro e a atualização de dados no Sistema Mineiro de Administração das Unidades das Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4055-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.188/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição da Assembleia Escolar de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.189/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição da Assembleia Escolar de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4189-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.234/2019, de 22/11/2019 - Dispõe sobre as matrizes curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4234-19-r%20-%20Public.%2023-11-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.256/2020, de 07/01/2020 - Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de ensino. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.421/2020, de 29/09/2020 - Estabelece normas, procedimentos e cronograma para a renovação da matrícula na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4421-20-r%20-%20Public.%2030-09-20.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.435/2020, de 23/10/2020 - Estabelece normas para a realização do cadastro e encaminhamento dos candidatos/alunos para o processo de matrícula em 2021. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4435-20-r%20-%20Public.%2024-10-20.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.494/2021, de 05/02/2021 - Estabelece para a rede Pública Estadual de Educação Básica, os procedimentos de ensino, de 2021. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.494-2021.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 666/2005, de 07/04/2005 - Estabelece os Conteúdos Básicos Comuns – CBCs - ENSINO MÉDIO, a serem obrigatoriamente adotados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/7bA6FF8791-B1D3-4FBB-B4B5-6AFEE169185A%7d_resol0033.pdf</p> <p>Resultado do Ideb – Disponível em: http://portal.inep.gov.br/ideb</p> <p>Resultado do SIMAVE – Disponível em http://simave.educacao.mg.gov.br/</p>
Gestão de Pessoas	<p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 41. - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</p> <p>Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989, artigo 35. - Disponível em https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consu</p> <p>Decreto nº 44.559/2007, de 29/06/2007 - Regulamenta a Avaliação de Desempenho Individual do servidor estável ocupante de cargo efetivo no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. (com alterações dadas pelo Decreto nº 48.187, de 6/5/2021). Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=44559&ano=2007</p> <p>Decreto nº 44.986, de 19/12/2008 - Regulamenta os §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 71, de 2003, no que diz respeito à Avaliação de Desempenho do servidor público da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. (com alterações dadas pelo Decreto nº 45.857, de 29 de dezembro de 2011. (com alterações dadas pelo Decreto nº 45.851, de 28/12/2011). Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=44986&comp=&ano=2008&texto=Decreto%2044.986%20de%2019%20de%20dezembro%20de%202008</p> <p>Decreto nº 45.604/2011, de 18/05/2011 - Estabelece as hipóteses de impedimento para nomeação, designação ou contratação, em comissão ou em cargo de confiança, no âmbito do Poder Executivo. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=45604&comp=&ano=2011&texto=Decreto%2045.604%20de%2018%20de%20maio%20de%202011</p> <p>Decreto nº 45.851/2011, de 28/12/2011 - Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público no âmbito do Poder Executivo Estadual. (com alterações dadas pelo Decreto nº 45.857, de 29 de dezembro de 2011. (com alterações dadas pelo Decreto nº 45.851, de 28/12/2011). Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=45851&ano=2011&texto=Decreto%2045.851%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202011</p> <p>Decreto nº 46.125/2013, de 04/01/2013 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004 e na Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=46125&comp=&ano=2013&texto=Decreto%2046.125%20de%2004%20de%20janeiro%20de%202013</p> <p>Decreto nº 46.226/2013, de 24/04/2013 - Dispõe sobre o uso de correio eletrônico institucional no âmbito da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=46226&comp=&ano=2013&texto=Decreto%2046.226%20de%2024%20de%20abril%20de%202013</p> <p>Decreto nº 46.644/2014, de 06/11/2014 - Dispõe sobre o código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=46644&comp=&ano=2014&texto=Decreto%2046.644%20de%2006%20de%20novembro%20de%202014</p> <p>Decreto nº 46.906/2015, de 16/12/2015 - Institui o Ajustamento Disciplinar no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=46906&ano=2015&texto=Decreto%2046.906%20de%2016%20de%20dezembro%20de%202015</p> <p>Decreto nº 47.758/2019, de 19/11/2019 - Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47758&comp=&ano=2019&texto=Decreto%2047.758%20de%2019%20de%20novembro%20de%202019</p> <p>Decreto nº 47.788/2019, de 13/12/2019 - Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, o regime disciplinar dos contratados por tempo determinado. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47788&comp=&ano=2019&texto=Decreto%2047.788%20de%2013%20de%20dezembro%20de%202019</p> <p>Decreto nº 48.097/2020, de 23/12/2020 - Regulamenta a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas para contratação excepcional interesse público. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=48097&ano=2020&texto=Decreto%2048.097%20de%2023%20de%20dezembro%20de%202020</p> <p>Decreto nº 48.109/2020, de 30/12/2020 - Dispõe sobre a convocação de profissionais para o exercício das funções de magistério nas unidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/DECRETO%20N%C2%BA%2048.109-2020.pdf</p> <p>Decreto nº 48.187/2021, de 06/05/2021 - Altera o Decreto nº 44.559, de 29 de junho de 2007, que regulamenta a Avaliação de Desempenho do servidor público da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, o Decreto nº 44.986, de 19 de dezembro de 2008, a Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, no que diz respeito à Avaliação de Desempenho do Gestor Público da Administração Pública, o Decreto nº 45.851, de 28 de dezembro de 2011, que regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=48187&comp=&ano=2021&texto=Decreto%2048.187%20de%2006%20de%20maio%20de%202021</p> <p>Instrução Normativa SEPLAG/SCPMO nº 04, de 31/12/2014 - Dispõe sobre os procedimentos para caracterização de acidente de trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123456789</p> <p>Lei Estadual nº 22.623/2017, de 27/07/2017 - Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=22623&ano=2017&texto=Lei%2022.623%20de%2027%20de%20julho%20de%202017</p> <p>Lei nº 15.293/2004, de 05/08/2004 - Institui as Carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Disponível em http://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=15293&comp=&ano=2004&texto=consolidado</p> <p>Lei nº 18.879/2010, de 27/05/2010 - Dispõe sobre a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade, no âmbito da administração pública do Estado de Minas Gerais. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=18879&ano=2010&texto=Lei%2018.879%20de%2027%20de%20maio%20de%202010</p> <p>Lei nº 20.592/2012, de 28/12/2012 - Altera as leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=20592&ano=2012&texto=Lei%2020.592%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202012</p> <p>Lei nº 21.710/2015, de 30/06/2015 - Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=21710&ano=2015&texto=Lei%2021.710%20de%2030%20de%20junho%20de%202015</p> <p>Lei nº 23.750/2020, de 23/12/2020 - Estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=23750&comp=&ano=2020&texto=Lei%2023.750%20de%2023%20de%20dezembro%20de%202020</p> <p>Lei nº 7.109/1977, de 13/10/1977 - Contém o Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em http://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=7109&comp=&ano=1977&texto=con</p> <p>Lei nº 8.069/1990, de 13/07/1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Com alteração dada pela Lei nº 13.005/2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm</p> <p>Lei nº 869, de 05/07/1952 - Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de Minas Gerais. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulite/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=869&ano=1952</p> <p>Lei nº 9.394/1996, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com alterações previstas nas Leis nº 13.796, de 03/01/2013, e nº 13.868, de 03/09/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm</p>

	<p>Lei nº Complementar 71, de 30/07/2003 - Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda do cargo público e d estável e do detentor de função pública na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providêi em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2003&num=71&tipo=LCP</p> <p>Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7.110/2009, de 06/07/2009 (exceto o capítulo III) - Define metodologia de Avaliação de Desempenh servidores em exercício da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1EeDJRYd6IK</p> <p>Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 8.656/2012, de 02/07/2012 – Estabelece critérios para afastamento em férias-prêmio dos servidores Disponível em http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/65963</p> <p>Resolução SEE nº 4.127/2019, de 23/04/2019 - Estabelece normas para escolha de servidor ao cargo de diretor e à função de vice-diretor correlatos. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/04-Abril/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SEE_4127-2019_-_P</p> <p>Resolução SEE nº 4.129/2019, de 03/05/2019 - Estabelece normas para escolha de servidor ao cargo de diretor e à função de vice-diretor comunidades indígenas de Minas Gerais e trata de outros dispositivos correlatos. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/03-Maio/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SEE_4129-2019_-_P</p> <p>Resolução SEE nº 4.130/2019, de 03/05/2019 - Estabelece normas para escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice-diret providências. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4130-19-r%20-%20Public.%2004-05-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.188/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleiçã em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.189/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleiçã em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4189-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.475/2021, de 06/01/2021 - Dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4475-21-r%20-%20Public.%2024-01-21.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.486/2021, de 22/01/2021 - Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais na Red Gerais (SEE/MG). Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4486-21-r%20-%20Public.%2023-01-21.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.498/2021, de 17/02/2021 - Estabelece critérios e define procedimentos à contratação temporária para atuação no Qi Magistério na Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLUCAO%20SEE%20N%204.498,%20DE%2017%20DE%20FEVEREIRO%20</p>
Gestão Administrativa/Financeira	<p>Código Penal, Art 305. - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm</p> <p>Manual Prático de Alienação. - Disponível em http://seepatrimonio.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=</p> <p>Lei nº 8.159/1991, de 08/01/1991, Art. 25 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disi</p> <p>Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm</p> <p>Lei nº 11.942/1995, de 16/10/1995 - Assegura às entidades que menciona o direito à utilização do espaço físico das unidades de ensino e em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11942&comp=&ano=1995</p> <p>Decreto nº 45.085/2009, de 08/04/2009 - Que dispõe sobre transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repass para fins de sistematização das normas e regulamentos pertinentes. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45085&ano=2009</p> <p>Lei nº 11.947/2009, de 16/06/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alu 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de a providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm</p> <p>Decreto nº 45.242/2009, de 11/12/2009 - Regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fu em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45242&ano=2009</p> <p>Resolução SEPLAG nº 37, de 09/07/2010, Artigos 40 a 45 - Estabelece normas e procedimentos para a reavaliação, o reaproveitamento, a materiais permanentes e de consumo no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Min em http://seepatrimonio.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3301</p> <p>Lei nº 19.420/2011, de 11/01/2011, Art. 26 - Estabelece a política estadual de arquivos. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte</p> <p>Resolução SEE nº 2.075/2012, de 23/03/2012 - Dispõe sobre procedimento de alienação de bens inservíveis, irre recuperáveis e antieconôm Educação de Minas Gerais. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2075-12-r.pdf</p> <p>Decreto nº 45.969/2012, de 24/05/2012 - Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em http://www.tipo=DEC&num=45969&ano=2012</p> <p>RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 10, de 18/04/2013 - Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PD 2009. Disponível em http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4386-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n</p> <p>Decreto nº 46.398/2013, de 27/12/2013, Art. 6º - Institui instrumentos de gestão de documentos no âmbito da Administração Pública do em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46398&ano=2013</p> <p>Lei nº 12.982/2014, de 28/05/2014 - Altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar a específica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm</p> <p>Resolução SEE nº 3.670/2017, de 28/12/2017 - Que regulamenta o disposto no Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que d financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEE%20n%C2%B03.670,%20de%2028%20</p> <p>Resolução SEE nº 3.741/2018, de 04/05/2018 - Que altera a Resolução SEE nº 3670, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o disp sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estad em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3741-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 3.856/2018, de 17/07/2018 - Que altera a Resolução SEE nº 3670, de 28 de dezembro de 2017, que regulamento o disp transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3856-18-r.pdf</p> <p>Resolução SEE nº 4.144/2019, de 19/06/2019 - Altera a Resolução SEE nº 3.670, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o disposto sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estad em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%A7%C3%A3o%20SEE%204.144-2019.pdf</p> <p>Nota Técnica SPF nº 08/2019, de 09/07/2019 - Para viabilizar a execução dos recursos financeiros e demais atos da caixa escolar. Disponív em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/NOTA%20T%C3%89CNICA%20SPF%2008-2019%20-%20corre%C3%A7%C3%A3o</p> <p>Resolução SEE nº 4.188/2019, de 23/08/2019 - Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleiç Minas Gerais. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf</p> <p>RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 06, de 08/05/2020 - Que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica nc Disponível em https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n</p> <p>Nota Técnica nº 1/SEE/SPF/2021, de 08/02/2021 - Atualização dos procedimentos para execução dos recursos financeiros de Alimentaçã Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/2021/Nota_T%C3%A9cnica_01-2021_-_Alimenta%C3%A7%C3%A3o.pdf</p>

Todos os demais dispositivos permanecem inalterados.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 17 de setembro de 2021.

Julia Sant'Anna
Secretária de Estado de Educação



Documento assinado eletronicamente por **Julia Sant'Anna, Secretária de Estado de Educação**, em 17/09/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35375451** e o código CRC **1A8D68A6**.